

RASCUNHO

- 1) **Assinale a única alternativa que apresenta os princípios constitucionais da Administração Pública:**
 - a) moralidade, pessoalidade, controle interno e isonomia.
 - b) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - c) excecutoriedade, legitimidade, coatividade e motivação.
 - d) imperatividade, organização funcional, gestão por competência.
 - e) autotutela, regularidade funcional, supremacia do interesse público.
- 2) **De acordo com a doutrina administrativa pátria, submetem-se ao regime estatutário aplicável aos servidores públicos:**
 - a) empregados públicos.
 - b) funcionários públicos.
 - c) agentes administrativos.
 - d) agentes políticos.
 - e) colaboradores da Administração.
- 3) **Operam através da desconcentração, tanto na Administração Direta como na Administração Indireta:**
 - a) as pessoas jurídicas de direito público interno.
 - b) os órgãos públicos.
 - c) as pessoas naturais.
 - d) as pessoas jurídicas de direito privado.
 - e) as associações públicas.
- 4) **Integram a Administração Pública Indireta, na qualidade de pessoas jurídicas de direito público:**
 - a) as agências reguladoras.
 - b) as repartições públicas.
 - c) as empresas públicas.
 - d) as sociedades de economia mista.
 - e) os partidos políticos.
- 5) **Como regra, a Constituição Federal veda a acumulação remunerada de cargos públicos; assinale a alternativa em que se faz presente uma exceção a essa regra:**
 - a) de dois cargos políticos.
 - b) de dois empregos de nível técnico.
 - c) de duas funções de nível gerencial.
 - d) de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
 - e) de um cargo técnico com um emprego científico.
- 6) **Apresenta-se como forma direta de participação popular, possível de gerar a anulação de ato administrativo praticado com ilegalidade ou abuso de poder:**
 - a) referendo.
 - b) eleição direta.
 - c) plebiscito.
 - d) ação popular.
 - e) ação civil pública.

- 7) **Uma expressiva e importante medida, resultante do amplo processo de reforma administrativa ocorrido em 1998, no âmbito da Constituição Federal da República, foi aquela que:**
 - a) criou a possibilidade do servidor público estável perder o cargo em virtude de procedimento de avaliação periódica de desempenho, regulamentado por lei complementar, assegurada ampla defesa.
 - b) fez com que o servidor público não estável, cujo cargo tenha sido extinto ou declarada a sua desnecessidade, passasse a ficar em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
 - c) fez com que o servidor público estável passasse a ter o direito à reintegração, uma vez invalidada por sentença judicial sua demissão, impondo ao eventual ocupante da vaga, ainda que não estável, a recondução ao cargo de origem, com direito à indenização.
 - d) criou a possibilidade do agente público vitalício perder o cargo em virtude de processo administrativo de improbidade, observado o devido processo legal e a ampla defesa.
 - e) criou a possibilidade do servidor público em estágio probatório pudesse ser exonerado sem prévio processo administrativo, desde que comprovado o cometimento de falta grave através da verdade sabida ou por meio do fato notório.
- 8) **De acordo com o preceituado na Constituição Federal da República, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Assinale a única alternativa que não integra a competência do referido Tribunal de Contas:**
 - a) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
 - b) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
 - c) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
 - d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
 - e) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- 9) **São despesas necessárias ao planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, constituição ou aumento do capital do Estado que não sejam de caráter comercial ou financeiro, incluindo-se as aquisições de imóveis considerados necessários à execução de tais obras:**
 - a) Subvenções sociais.
 - b) Subvenções econômicas.
 - c) Transferências correntes.
 - d) Despesas de investimentos.
 - e) Despesas de custeio.

10) No que diz respeito ao tema da “*accountability*” da ação governamental, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A dimensão da *answerability*, traduzida como capacidade de resposta, engloba dois tipos de questões: uma dimensão relativa à informação das decisões e outra condizente com a necessidade dos governantes explicarem tais decisões.
- b) Pode-se falar em uma dimensão informacional e outra argumentativa, estando ambas presentes na concepção de *accountability*.
- c) De acordo com uma concepção radial da noção de *accountability*, identificam-se três formas básicas pelas quais pode-se prevenir do abuso do poder: a) sujeitar o poder ao exercício das sanções; b) obrigar que este poder seja exercido de forma transparente e c) forçar que os atos dos governantes sejam justificados.
- d) A noção de *accountability* política pressupõe a existência do poder e a necessidade de que este seja controlado.
- e) sujeitar o poder ao exercício das sanções, representa a capacidade de resposta dos oficiais públicos; já obrigar que este poder seja exercido de forma transparente e forçar que os atos dos governantes sejam justificados, remete à capacidade de *enforcement*.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11) Assinale à alternativa que corresponde aos princípios constitucionais orientadores da Administração Pública e que se encontram apresentados no art. 37 “caput” da Constituição Federal da República:

- a) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) motivação, discricionariedade, imperatividade e autotutela.
- c) controle interno, probidade administrativa, exatidão procedimental e motivação.
- d) segurança jurídica, supremacia do interesse público e controle externo.
- e) motivação, auto-executoriedade, probidade administrativa e publicidade.

12) De acordo com expressa previsão constante da Constituição Federal da República, demandam ser criadas e extintas por lei:

- a) as empresas públicas.
- b) as autarquias.
- c) as sociedades civis.
- d) as sociedades de economia mista.
- e) as fundações públicas de direito privado.

13) Dentre os elementos que integram o ato administrativo, assinale a alternativa que contém aqueles que se caracterizam pela possibilidade se serem consubstanciados discricionariamente:

- a) competência e forma.
- b) finalidade e motivo.
- c) motivo e objeto.
- d) forma e finalidade.
- e) objeto e competência.

14) No que concerne ao disposto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8666 de 1996), assinale a alternativa correta:

- a) Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras não poderão exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da administração pública, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica.
- b) A licitação não deve ser sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, inclusive quanto ao conteúdo das propostas, durante todo o *iter* procedimental.
- c) É permitido aos agentes públicos admitir, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que restrinjam o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas.
- d) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- e) O procedimento licitatório previsto na Lei 8666 de 1993 caracteriza ato administrativo informal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

15) Em atenção ao preceituado na Lei 8666 de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), as compras realizadas pela Administração Pública, **não** deverão:

- a) balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.
- b) ser processadas através de sistema de banco de dados e registro de empresas.
- c) atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.
- d) ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade.
- e) submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

16) Em consonância com os preceitos contidos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666 de 1993), o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento deverá ser de:

- a) sessenta dias para o convite.
- b) trinta dias para concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”.
- c) trinta dias para tomada de preços, quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”.
- d) vinte dias para o pregão.
- e) vinte dias para a consulta.

17) Uma das características determinantes dos contratos administrativos é a existência de preceitos de direito público que culminam por gerar prerrogativas especiais para a Administração Pública contratante; diante deste contexto, assinale a alternativa que **não** se apresenta como cláusula exorbitante em tais contratos:

- a) rescisão unilateral nas hipóteses previstas em lei.
- b) modificação unilateral para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- c) aplicação de sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- d) fiscalização da execução contratual.
- e) rescisão consensual, quando ocorrer interesses comuns entre as partes que pactuaram o acordo.

- 18) Uma das finalidades principais da Administração Pública é a realização, direta ou indiretamente, de serviços públicos que visem a atender especiais demandas de caráter público e social. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta a correta classificação dos serviços públicos:
- a) **Serviços Industriais** - são os que a administração executa para atender as suas necessidades internas.
 - b) **Serviços de Utilidade Pública** - são aqueles que se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público e para a execução dos quais a Administração usa da sua supremacia sobre os administrados.
 - c) **Serviços próprios do Estado** - são os que a Administração, reconhecendo sua conveniência para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros, nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários.
 - d) **Serviços Gerais ou "uti universi"** - são aqueles que a Administração presta sem ter usuários determinados, para atender à coletividade no seu todo.
 - e) **Serviços impróprios do Estado** - são os que produzem renda mediante uma remuneração da utilidade usada ou consumida.

- 19) "É o acordo de vontades celebrado entre duas ou mais pessoas jurídicas de direito público da mesma natureza, ou entre entidades da administração indireta, para a consecução de objetivos comuns. Ele constitui nova espécie de administração indireta de todos os entes federados que dele participarem. Ele reger-se-á pelo direito civil no que não for expressamente derogado por normas de direito público, de forma que estarão sujeitos às regras sobre licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal". Assinale a alternativa que corresponde ao enunciado:
- a) serviço delegado a particulares.
 - b) parceria público-privada.
 - c) concessão ambiental.
 - d) convênio administrativo.
 - e) consórcio administrativo.

- 20) De acordo com expressa disposição contida na Constituição da República Federativa do Brasil, o servidor público estável poderá perder o cargo:
- a) em virtude de transgressão disciplinar apurada mediante o princípio da verdade sabida.
 - b) mediante procedimento disciplinar sumário de natureza inquisitorial.
 - c) através de confissão do cometimento de infração disciplinar grave deduzida espontaneamente pelo servidor público diante da Administração Pública.
 - d) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
 - e) em virtude de denúncia anônima que aponte a responsabilidade disciplinar do referido servidor.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

- 21) Assinale a alternativa que contraria expressa disposição contida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948:
- a) Todas as pessoas devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.
 - b) Todas as pessoas são dotadas de razão e consciência.
 - c) Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
 - d) Toda pessoa tem direito a um meio ambiente sadio e equilibrado.
 - e) Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

- 22) No que diz respeito ao previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa que enfatiza a necessidade da tutela do direito à liberdade:
- a) Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.
 - b) Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
 - c) Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.
 - d) Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
 - e) Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

- 23) No que concerne ao preceituado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa que enfatiza a necessidade da tutela do direito à isonomia:
- a) Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional.
 - b) Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.
 - c) Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei.
 - d) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família.
 - e) Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país e a este regressar.

- 24) No que diz respeito ao previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa que enfatiza a necessidade da tutela dos direitos sociais:
- a) Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos.
 - b) Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.
 - c) Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio.
 - d) Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.
 - e) Todas as pessoas tem o direito de escolher o trabalho que melhor atenda aos interesses da família.

- 25) No que diz respeito ao previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa que enfatiza a necessidade da tutela dos direitos políticos:
- a) Toda pessoa tem direito a receber dos tributos nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.
 - b) Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção dentro das fronteiras de cada Estado.
 - c) Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.
 - d) Toda pessoa tem direito à liberdade de residência dentro de seu país.
 - e) A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

26) No que diz respeito ao previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa que enfatiza a necessidade da tutela do direito à família:

- a) O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.
- b) A família é a “*celula mater*” da sociedade.
- c) A sociedade é constituída de pessoas, cidadãos e famílias.
- d) O Estado deverá proteger a família a partir da criação de medidas judiciais de tutela específica.
- e) Todas as pessoas tem direito a ter uma família, seja ela uni ou pluripessoal.

27) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo teor apresenta os direitos humanos básicos, foi adotada:

- a) pelo Comitê Organizador da Revolução Francesa em 10 de dezembro de 1776.
- b) pela Liga das Nações em 10 de dezembro de 1917.
- c) pela Organização do Tratado do Atlântico Norte em 10 de dezembro de 1960.
- d) pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.
- e) pela Convenção de Filadélfia de 1776.

28) A Respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- a) A Declaração Universal dos Direitos Humanos definiu áreas de influência das potências e acertou a criação de uma organização unilateral que promovesse negociações sobre conflitos internacionais destinada a fortalecer os Direitos Fundamentais.
- b) A Declaração Universal dos Direitos Humanos serviu como base para os dois tratados sobre direitos humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.
- c) Abalados pela barbárie recente e com o intuito de construir um mundo sob novos alicerces ideológicos, os dirigentes das nações que emergiram como potências no período pós-guerra, liderados por URSS e Estados Unidos, estabeleceram na Conferência de Oslo, na Noruega, as bases de uma futura paz.
- d) A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que representa obrigatoriedade legal em face de todos os seus signatários.
- e) A Declaração Universal dos Direitos Humanos acertou a criação de uma organização unilateral para promover negociações sobre conflitos internacionais com o intuito de evitar guerras.

29) A Respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem se prestado como fundamento para diversos tratados internacionais e leis nacionais que tratam de Direitos Humanos.
- b) Em seu preâmbulo, governos se comprometem, juntamente com seus povos, a tomarem medidas contínuas para garantir o reconhecimento e efetivo cumprimento dos direitos humanos, anunciados na Declaração.
- c) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi votada em Assembleia, tendo recebido aprovação unânime.
- d) Especialistas em direito internacional afirmam que determinados artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos representam o direito internacional usual.
- e) A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem se prestado como fundamento de organizações internacionais, regionais, nacionais e locais na promoção e proteção dos direitos humanos.

30) A Respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A Declaração Universal dos Direitos Humanos não ajudou o mundo a se integrar socialmente e não contribuiu para a redução da pobreza em escala mundial.
- () Em seu preâmbulo, governos se comprometem, juntamente com seus povos, a tomarem medidas contínuas para garantir o reconhecimento e efetivo cumprimento dos direitos humanos, anunciados na Declaração.
- () A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o documento constitutivo das Nações Unidas.
- () A comissão dos direitos humanos, um braço das Nações Unidas, foi constituída para empreender o trabalho de preparar o que era inicialmente concebido como Carta de Direitos.
- () O canadense John Peters Humphrey foi chamado para trabalhar no projeto da declaração; ele forneceu o esboço inicial que tornou-se o texto de trabalho da comissão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F,V,V,V,V
- b) F,F,F,V,V
- c) V,V,V,V,V
- d) V,V,F,F,V
- e) V,F,V,F,V

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31) Na aplicação dos Princípios de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais. O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

- a) Custo histórico e Variação do custo histórico.
- b) Custo Variável e Custo Fixo.
- c) Custo Direto e Custo Indireto.
- d) Custo Variável e Custo Direto.
- e) Custo Fixo e Custo Indireto.

32) O espaço de atuação do Profissional de Contabilidade que demanda estudo, interpretação, identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação de fenômenos contábeis, decorrentes de variações patrimoniais em entidades do setor público; e ou de entidades que recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem recursos públicos, na execução de suas atividades, no tocante aos aspectos contábeis da prestação de contas. Este conceito se refere:

- a) Às Normas e Técnicas Próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- b) Aos Projetos e ações de fins ideais.
- c) Ao Campo de Aplicação da Contabilidade aplicada ao Setor Público.
- d) Ao ramo da Ciência Contábil.
- e) Ao objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

33) O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é:

- O conhecimento do ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- Fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.
- O Patrimônio Público.
- A reflexão sistemática do ciclo da administração pública que evidencia informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.
- O conjunto de bens e direitos, tangíveis e intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

34) Motivada pela busca da convergência aos padrões internacionais, a contabilidade do setor público encontra-se em um momento de transformações. A conjuntura econômica, interna e externa, tem demandado esforços das organizações contábeis nacionais para adoção de conceitos e procedimentos reconhecidos e utilizados internacionalmente (MCASP – 2013). Seguem abaixo as diretrizes do PCASP, analise-as e assinale a alternativa correta:

- Padronização dos registros contábeis das entidades do setor público de todas as esferas de governo, envolvendo a administração direta e indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes - de todas as esferas de governo.
- Harmonização dos procedimentos contábeis com os princípios e normas de contabilidade, sempre observando a legislação vigente.
- Adoção de estrutura codificada e hierarquizada em classes de contas, contemplando as contas patrimoniais, de atos potenciais, de resultado e de planejamento e execução orçamentária além daquelas com funções precípua de controle.
- Flexibilidade para que os entes detalhem, conforme suas necessidades, os níveis inferiores das contas a partir do nível seguinte ao padronizado.
- Controle do patrimônio e dos atos de gestão que possam afetá-lo, assim como do orçamento público, demonstrando o saldo de caixa da entidade.
- Distinção de institutos com conceitos e regimes próprios em classes ou grupos, como no caso de patrimônio e orçamento, mantendo-se seus relacionamentos dentro de agrupamentos de mesma natureza de informação.
- Preservação dos aspectos orçamentários em seus conceitos, regime de escrituração e demonstrativos, com destaque em classes ou grupos de modo a possibilitar visões sob os enfoques patrimonial, orçamentário ou fiscal.
- Existência de necessária vinculação entre as classificações orçamentária e patrimonial.
- Possibilidade de extração de informações de modo a atender seus usuários.

Assinale a alternativa correta.

- Todas as diretrizes estão corretas.
- Todas as diretrizes estão incorretas.
- Três diretrizes estão incorretas.
- Quatro diretrizes estão incorretas.
- Dois diretrizes estão incorretas.

35) São elementos essenciais do registro contábil no setor público:

- A data da ocorrência da transação.
- A conta debitada.
- A conta creditada.
- O histórico da transação de forma descritiva ou por meio do uso de código de histórico padronizado, quando se tratar de escrituração eletrônica, com base em tabela auxiliar inclusa em plano de contas.
- O valor da transação.
- O número de controle para identificar os registros eletrônicos que integram um mesmo lançamento contábil.

Assinale a alternativa correta. Em relação às afirmativas acima, podemos afirmar que:

- Apenas uma está incorreta.
- Todas estão incorretas.
- Apenas duas estão incorretas.
- Todas estão corretas.
- Apenas três estão corretas.

36) Analise os seguintes registros contábeis de um ente público e assinale a alternativa que corresponda a alternativa correta:

1) Código da Conta	Título da Conta
D 6.2.1.1.x.xx.xx	Receita a realizar
C 6.2.1.2.x.xx.xx	Receita realizada

2) Código da Conta	Título da Conta
D 5.2.2.1.1.xx.xx	Dotação Inicial
C 6.2.2.1.1.xx.xx	Crédito Disponível

3) Código da Conta	Título da Conta
D 5.2.1.1.x.xx.xx	Previsão inicial da receita
C 6.2.1.1.x.xx.xx	Receita a realizar

- O 1º registro trata da previsão da receita orçamentária.
- O 2º registro trata da fixação da despesa orçamentária.
- O 3º registro trata da arrecadação de tributos.
- O 1º registro trata da arrecadação de tributos.
- O 2º registro trata da previsão da receita orçamentária.
- O 3º registro trata da fixação da despesa orçamentária.
- O 1º registro trata da fixação da despesa orçamentária.
- O 2º registro trata da arrecadação de tributos.
- O 3º registro trata da previsão da receita orçamentária.

Estão corretas as afirmativas:

- IV, V e VI, apenas.
- VII e I, apenas.
- II, IV e IX, apenas.
- I, II e III, apenas.
- VII, VIII e IX, apenas.

37) Com relação ao sistema contábil público, assinale a alternativa incorreta:

- O sistema Orçamentário registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária, tais como: Alterações nos elementos patrimoniais; Resultado econômico; e Resultado nominal.
- O sistema de Custos registra, processa e evidencia os custos da gestão dos recursos e do patrimônio público.
- O sistema de Compensação registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
- O sistema Patrimonial registra, processa e evidencia os fatos não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
- O sistema de Custos subsidia a administração com informações tais como: Custos dos programas, dos projetos e das atividades desenvolvidas; Bom uso dos recursos públicos; e Custos das unidades contábeis.

38) Com relação aos quocientes do Balanço Orçamentário, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa que representa a resposta correta:

- I. O Quociente do Equilíbrio Orçamentário é resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e fixação constante na Lei de Diretrizes Orçamentário.
- II. O Quociente de Execução da Receita é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Atualizada da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas.
- III. O Quociente de Desempenho da Arrecadação é resultante da relação entre a Receita Prevista Inicial e a Previsão Final da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para administração dos indicadores fiscais.
- IV. O Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação é resultante da relação entre os Créditos Adicionais abertos por meio de excesso de arrecadação e o total do excesso de arrecadação, indicando a parcela do excesso de arrecadação utilizada para abertura de créditos adicionais.

Estão corretas as afirmativas:

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas a I e IV.
- c) Apenas a II e III.
- d) Apenas a II e IV.
- e) Apenas a I, III e IV.

39) Com relação aos Quocientes Financeiros, assinale a alternativa correta:

- a) O Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro é resultante da relação entre o Resultado Financeiro (Receita Realizada – Despesa Empenhada) e o saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário. Em contrapartida pode ainda ser analisada a diferença como resultante do resultado orçamentário, ou das transferências.
- b) O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros é resultante da relação entre o Saldo que passa para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o ativo financeiro.
- c) O Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro é resultante da relação entre o Resultado patrimonial (Receita Realizada – Despesa Empenhada) e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário. Em contrapartida pode ainda ser analisada a diferença como resultante do resultado extra-orçamentário, ou das transferências.
- d) O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros é resultante da relação entre os Saldos passados e os Saldos futuros. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o ativo e o passivo financeiro.
- e) O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros é resultante da relação entre o Saldo que passa para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em espécie.

40) Com base no quociente das Variações Patrimoniais, assinale a alternativa correta:

- a) O Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais é resultante da relação entre o Total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o Total das Variações Patrimoniais Diminutivas. A interpretação desse quociente indica outra forma de se evidenciar o resultado patrimonial (superávit ou déficit patrimonial).
- b) O Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais é resultante da relação entre o Total das Variações Patrimoniais Qualitativas e o Total das Variações Patrimoniais Diminutivas. A interpretação desse quociente indica outra forma de se evidenciar o resultado financeiro (superávit ou déficit).
- c) O Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais é resultante da relação entre o Total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o Total das Variações Patrimoniais Qualitativas. A interpretação desse quociente indica outra forma de se evidenciar o resultado orçamentário (superávit ou déficit).
- d) O Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais é resultante da relação entre o Total das Variações Patrimoniais Positivas e o Total das Variações Patrimoniais Negativas. A interpretação desse quociente indica outra forma de se evidenciar o resultado patrimonial (superávit ou déficit patrimonial).
- e) O Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais é resultante da relação entre o Total das entradas Patrimoniais Aumentativas e o Total das saídas Patrimoniais Diminutivas. A interpretação desse quociente indica outra forma de se evidenciar o resultado patrimonial (superávit ou déficit patrimonial).

41) Analise os quocientes abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. Liquidez Imediata.
- II. Liquidez Seca.
- III. Liquidez Geral.
- IV. Endividamento Geral.

Trata-se de quocientes de análise do:

- a) Balanço Financeiro.
- b) Balanço Patrimonial.
- c) Balanço Orçamentário.
- d) Demonstrativo das Variações Patrimoniais.
- e) Demonstrativo de Resultado.

42) Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas:

“O Balanço Orçamentário apresentará as receitas detalhadas por _____, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstrará também as despesas por _____, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação” (MCASP – 2013).

- a) Categoria Financeira e Entradas – Categoria Financeira e Saídas.
- b) Categoria Financeira, Origem e Espécie – Categoria Financeira e Grupo de Natureza da Despesa.
- c) Receita a Realizar – Despesa a Empenhar.
- d) Categoria Econômica, Origem e Espécie – Categoria Econômica e Grupo de Natureza da Despesa.
- e) Origem e Espécie – Grupo de Natureza da Despesa.

43) Com relação ao Balanço Orçamentário, assinale a alternativa incorreta:

- a) Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, devem ser incluídos dois quadros demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar processados, com o mesmo detalhamento das despesas orçamentárias do balanço, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar.
- b) O Balanço Orçamentário será complementado por nota explicativa detalhando as despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário). Será informado, ainda, o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício, bem como os valores referente a abertura de créditos adicionais e cancelamentos de crédito de forma a evidenciar a diferença entre a dotação inicial e a atualizada.
- c) Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar: (I) as receitas por natureza e (II) as despesas por espécie.
- d) A identificação das receitas e despesas intraorçamentárias, quando necessária, deverá ser apresentada em notas explicativas.
- e) Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária e de outras dívidas deverão constar, destacadamente, nas receitas de operações de crédito internas e externas e, nesse mesmo nível de agregação, nas despesas com amortização da dívida de refinanciamento.

44) Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas:

“Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (_____) e Dispêndios (_____), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios (MCASP – 2013)”.

- a) Recebimento das Receitas Orçamentárias – pagamento das Despesas Orçamentárias.
- b) Entradas de Caixa – Saídas de Caixa.
- c) Controle dos Recebimentos – Controle dos Pagamentos.
- d) Receitas de Vendas – Pagamento de Despesas.
- e) Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários – Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários.

Análise o quadro abaixo e responda às questões 45 e 46

Coluna 01	Coluna 02	Coluna 03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	Pessoal e Encargos	Incorporação de ativo
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	Incorporação de passivo
Transferências e Delegações Recebidas	Transferências e Delegações Concedidas	

45) São Variações Patrimoniais Aumentativas as que constam:

- a) Nas Colunas 01 e 02.
- b) Na Coluna 01 apenas.
- c) Nas Colunas 01 e 03.
- d) Nas Colunas 02 e 03.
- e) Na Coluna 03 apenas.

46) São Variações Qualitativas as que constam:

- a) Na Coluna 02 apenas.
- b) Na Coluna 01 apenas.
- c) Nas Colunas 01, 02 e 03.
- d) Em nenhuma das colunas.
- e) Na Coluna 03 apenas.

47) Com base na Lei 4.320 de 1964, assinale a alternativa incorreta:

- a) As propostas parciais de orçamento guardarão estrita conformidade com a política econômico-financeira, o programa anual de trabalho do Governo e, quando fixado, o limite global máximo para o orçamento de cada unidade administrativa.
- b) Caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar demonstrações bimestrais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base a estimativa da receita, na proposta orçamentária.
- c) A estimativa da receita terá por base as demonstrações a que se refere o artigo anterior à arrecadação dos três últimos exercícios, pelo menos bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita.
- d) Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.
- e) Pertencem ao exercício financeiro: as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

48) Com base na Lei 4.320 de 1964, assinale a alternativa correta:

- a) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o 3º Trimestre do ano civil, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- b) As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava débito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.
- c) Reverte à dotação a importância de despesa anulada no exercício, quando a anulação ocorrer após o encerramento deste considerar-se-á receita do ano em que se efetivar.
- d) Dívida Ativa Tributária é o débito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas.
- e) O valor do débito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira será convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial, para compra, na data da notificação ou intimação do devedor, pela autoridade administrativa, ou, à sua falta, na data da inscrição da Dívida Ativa, incidindo, a partir da conversão, a atualização monetária e os juros de mora, de acordo com preceitos legais pertinentes aos débitos tributários.

49) A Lei 101 de 2000 tem como objetivo estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Com relação ao Controle da Despesa Total com Pessoal é correto afirmar que:

- a) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos doze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
- b) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente bruta, a seguir discriminados: União: 50% (cinquenta por cento); Estados: 60% (sessenta por cento); Municípios: 60% (sessenta por cento).
- c) É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos noventa dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20 desta lei.
- d) Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá: receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
- e) Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20 desta lei, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 desta mesma lei, o percentual excedente terá de ser eliminado no último quadrimestre seguinte.

50) De acordo com a lei 101 de 2.000, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

- I. Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- II. As prestações de contas e o respectivo parecer prévio;
- III. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal;
- IV. As versões simplificadas desses documentos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Todos os instrumentos estão corretos.
- b) Apenas um instrumento está incorreto.
- c) Todos os instrumentos estão incorretos.
- d) Apenas um instrumento está correto.
- e) Dois instrumentos estão incorretos.